

Sarney tentará nova aliança com PMDB e PFL, diz Lobão

BRASÍLIA — O Presidente Sarney vai propor esta semana ao Deputado Ulysses Guimarães e ao Senador Marco Maciel, Presidentes do PMDB e do PFL, o restabelecimento da aliança partidária que se formou para eleger Tancredo Neves e se extinguiu em setembro do ano passado por iniciativa da Frente Liberal.

A tentativa de Sarney de recuperar a aliança PMDB-PFL foi anunciada ontem por um dos parlamentares mais próximos do Presidente, o Senador Edison Lobão (PFL-MA). Segundo Lobão, somente em caso de rejeição à proposta presidencial o Governo insistirá na idéia de compor um bloco suprapartidário de apoio às suas iniciativas.

— A recomposição da Aliança talvez seja mais difícil, mas será mais benéfica ao Governo do que a formação e a sustentação de um bloco — prevê o Senador, defensor da tese de que também ao Governo é conveniente o fortalecimento dos partidos.

De acordo com o Senador Lobão, o Presidente Sarney começará a buscar a recomposição da aliança PMDB-PFL logo no início da semana, em conversas separadas com os presidentes das duas agremiações. E as conversas não serão difíceis:

— O Presidente e o Senador Maciel já voltaram a dialogar. Além disso, é certo que 95 por cento do PFL defendem a linha de apoio ao Governo. O Senador Marco Maciel conhece esse dado e não deverá deixar de adaptar-se a isso — estima Lobão.

Já a conversa do Presidente Sarney com Ulysses será facilitada, de



Lobão: Aliança é melhor que bloco

acordo com as previsões de Lobão, pelos "estreitos laços de amizade" que há entre o Presidente Sarney e o Presidente do PMDB.

Pelos cálculos do Governo, uma eventual decisão de Ulysses em liderar parcela do PMDB afinada com o Governo colocaria sob o comando do presidente do partido, imediatamente, um grupo majoritário de 150 parlamentares e também a maioria dos governadores.

O Senador Lobão não indicou precisamente os dias em que o Presidente Sarney chamará Ulysses e Maciel para propor o restabelecimento da aliança dos dois partidos, mas manifestou a convicção de que a formulação da proposta aos dirigentes partidários será a primeira iniciativa que o Presidente adotará esta semana em busca da definição de sua base política.

No passado recente os dados que podem inibir a iniciativa

A proposta de restabelecimento da aliança PMDB-PFL poderá ser formulada pelo Presidente Sarney em conversas fáceis com os Presidentes dos dois partidos, como prevê o Senador Edison Lobão. Difícil, ainda que possível, é que dessas conversas resulte a rearticulação que Sarney buscará.

Para o Deputado Ulysses Guimarães, especialmente, e para o Senador Marco Maciel, em menor grau, há elementos que inibem qualquer iniciativa de apoio ao Governo e qualquer movimento de reaproximação dos dois partidos.

A Aliança Democrática foi rompida em setembro sob o pretexto da cúpula pefelista de que era preciso dar liberdade de ação a Sarney. O Partido da Frente Liberal esperava que dessa iniciativa resultasse a ampliação de seu espaço no Governo. O PMDB desconheceu a liberação de Sarney e assim esvaziou a manobra pefelista.

Inibido pela posição peemedebista, o Presidente Sarney ficou imobilizado e a cúpula do PFL se encaminhou para o rompimento com o Governo. Novamente não teve êxito. Os Ministros Antônio

Carlos Magalhães e Aureliano Chaves mantiveram a base partidária aliada ao Executivo, praticamente isolando dentro do partido os Senadores Marco Maciel, Carlos Chiarelli — Líder no Senado —, Jorge Bornhausen e uma parcela reduzida de Deputados.

Terça-feira passada, diante da retomada de conversas frequentes entre o Presidente da República e o Presidente do PFL, um grupo de Senadores do partido procurou Maciel. Preocupava-os, especialmente, a posição de Maciel sobre a idéia governamental de formar um bloco de apoio suprapartidário. O Presidente do partido garantiu que não aceitaria integrar um bloco e produziu declarações públicas em defesa do fortalecimento das agremiações.

Marco Maciel, portanto, lidará com constrangimentos, mas não com oposição numericamente expressiva dentro do PFL para retomar vínculos com o Governo. Mais difícil para o Senador, provavelmente, será recompor relações de aliança com o PMDB, se o Presidente Sarney fizer mesmo o que seu amigo e afilhado político Edison Lobão anuncia.

Ulysses já tem medidas para punir os faltosos

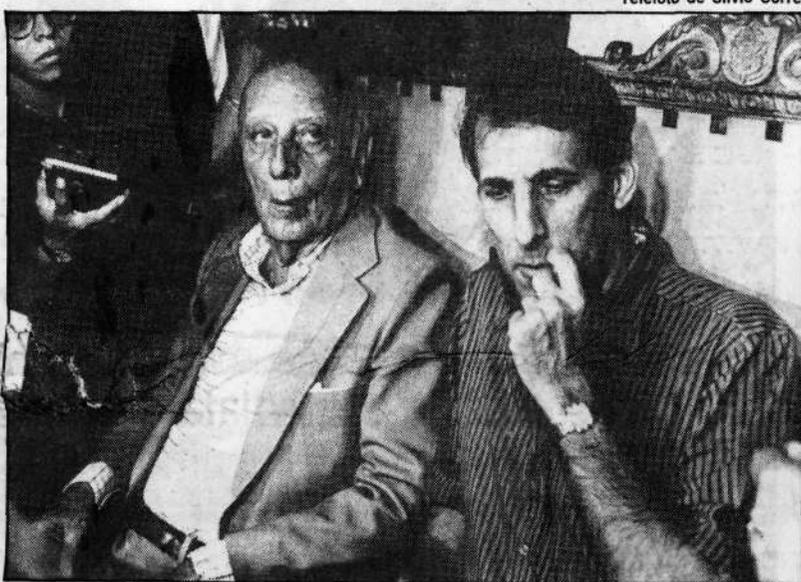
SÃO PAULO — O Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, informou ontem que já escolheu as medidas que serão adotadas para punir os parlamentares que faltarem às sessões, impedindo o prosseguimento normal dos trabalhos e a promulgação da Carta Constitucional.

Em entrevista após reunião de mais de duas horas com o Governador Orestes Quércia, no Palácio dos Bandeirantes, Ulysses Guimarães preferiu não informar quais serão as medidas punitivas aos faltosos, justificando que pretende, primeiro, apresentar as propostas aos membros da Mesa Diretora da Constituinte.

Indagado sobre a hipótese de se estabelecer um sistema de cartão de ponto para os parlamentares, Ulysses respondeu apenas que espera não ser preciso chegar a este grau de punição. Também se recusou a admitir a possibilidade de convocar os suplentes para o lugar dos parlamentares que se ausentarem dos trabalhos.

— Acredito que já descobri a fórmula para evitar que os parlamentares continuem se ausentando. Falta agora apresentar as propostas aos demais membros da Mesa para que sejam implementadas o mais rápido possível — disse Ulysses.

A maior preocupação de Ulysses



Ulysses e Quércia discutiram as medidas no Palácio dos Bandeirantes

Guimarães, no momento, é acelerar o ritmo dos trabalhos da Constituinte. Ele disse que conversou com o Governador de São Paulo sobre as novas normas e rotinas que pretende implantar. Este programa, segundo explicou, prevê a realização de 40 sessões para que seja promulgada a Constituinte. Ele observou que nas quartas, quintas e sextas-feiras, além dos domingos, haverá duas sessões

(uma pela manhã e outra à tarde), permitindo que sejam votadas de 25 a 26 emendas por sessão.

— Em tese, é possível que os trabalhos sejam concluídos em um mês. Porém, saliento, sempre ocorrem imprevistos, o que pode provocar o retardamento da redação final da Carta — disse Ulysses, garantindo que até final deste semestre será promulgada a nova Constituição brasileira.

Deputado: Não há razão para dissidência

SÃO PAULO — O Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, defendeu ontem a necessidade de ser mantida a unidade do partido, assinalando que não existem razões para a dissidência ou para a saída de parlamentares. Ulysses disse que discutiu o problema com o Governador de São Paulo, Orestes Quércia, que se comprometeu em conversar com os três Senadores de São Paulo — Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e Severo Gomes — para impedir a divisão do PMDB.

— Não vejo nenhum motivo para que eles abandonem o PMDB, que ainda é um grande partido. O PMDB está estruturado em 4.300 Municípios e a legenda permite que todos os seus políticos filiados tenham a oportunidade de disputar eleições para Vereador, Deputado, Prefeito, Go-

vernador e até para Presidente da República. Garanto que nenhum outro partido apresenta chances tão boas — disse Ulysses.

O Deputado também afirmou ser contra a prorrogação dos mandatos dos Prefeitos. Segundo ele, a argumentação de que as eleições municipais deste ano provocariam perturbações políticas e econômicas ao País é sem fundamento.

O Governador Quércia, que tem a mesma opinião do Deputado, salientou ser "totalmente contrário a qualquer tipo de prorrogação de mandatos". Ele acredita que a realização de eleições neste ano não seria de maneira alguma prejudicial ao PMDB. O Governador garantiu também que o partido tem todas as condições para vencer o pleito municipal.

Líderes vão tentar hoje acordo sobre a censura

BRASÍLIA — A desobstrução dos trabalhos da Constituinte poderá acontecer hoje de manhã, quando os Líderes partidários tentarão chegar a um consenso sobre o aperfeiçoamento do substitutivo que definiu o sistema presidencialista. Deverá cair a moção de discordância, mas é provável que seja mantida a moção de censura individual, que derruba Ministros com aprovação de dois terços da Câmara dos Deputados. A figura do Primeiro-Ministro auxiliar certamente não será criada.

Também é esperado o anúncio de medidas destinadas a estimular a presença dos Constituintes em Brasília, estudadas pelo Presidente Ulysses Guimarães durante o feriado de Páscoa. Está afastada a possibilidade de cassação de mandato, mas poderá ser decidida a convocação de suplentes para substituir os faltosos.

Os Líderes partidários estão divididos em relação à manutenção da moção de censura, instrumento próprio do regime de gabinete. Esta proposta é rejeitada pelos parlamentaristas em geral, que temem o desgaste desse instrumento, por Ulysses e pelo Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). Mas os autores da emenda, o Senador Humberto Lucena (PMDB-PB) e o Deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), defendem a manutenção do dispositivo, que contribui para o fortalecimento do Congresso.

A derrubada da moção de discordância é apoiada por presidencialistas e parlamentaristas. O dispositivo consiste na possibilidade de a Câmara emitir parecer de discordância sobre o pronunciamento de um Ministro perante o Legislativo. O problema é que a moção só pode ser aprovada por maioria de dois terços. Isto significa que, mesmo a maioria absoluta da Câmara não aceitando as explicações do Ministro, o que for declarado será considerado aprovado, se não tiver o quorum necessário.

A criação do Primeiro-Ministro não passou de um sonho de Ulysses, afirmam os presidencialistas. Os parlamentaristas não aceitam a inovação devido ao desgaste da imagem do regime de gabinete e os presidencialistas temem a criação de um clima conturbado no Governo.